



Revista Conexão UEPG
ISSN: 1808-6578
ISSN: 2238-7315
revistaconexao@uepg.br
Universidade Estadual de Ponta Grossa
Brasil

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: ESCOLARIZAÇÃO EM ÁREAS DE REFORMA AGRÁRIA DO PARANÁ (ANOS INICIAIS) – RELATO DA EXPERIÊNCIA DE EXTENSÃO DA UNIOESTE

Ritter, Janete

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: ESCOLARIZAÇÃO EM ÁREAS DE REFORMA AGRÁRIA DO PARANÁ
(ANOS INICIAIS) – RELATO DA EXPERIÊNCIA DE EXTENSÃO DA UNIOESTE

Revista Conexão UEPG, vol. 15, núm. 1, 2019

Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=514161705007>

DOI: <https://doi.org/10.5212/Rev.Conexao.v.15.i1.0007>



Este trabalho está sob uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional.

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: ESCOLARIZAÇÃO EM ÁREAS DE REFORMA AGRÁRIA DO PARANÁ (ANOS INICIAIS) – RELATO DA EXPERIÊNCIA DE EXTENSÃO DA UNIOESTE

Janete Ritter
Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE),
Brasil
janeteritter@bol.com.br

DOI: <https://doi.org/10.5212/Rev.Conexao.v.15.i1.0007>

Redalyc: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=514161705007>

Recepção: 04 Setembro 2018
Aprovação: 05 Novembro 2018

RESUMO:

Este artigo é o relato de experiência da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, que, por meio de um projeto de extensão, intencionalizou levar escolarização em áreas da reforma agrária no estado do Paraná. O projeto objetivou organizar 60 turmas dos anos iniciais, do ensino fundamental, com o mínimo de 20 alunos cada, num total de 1.200 alunos, certificando aqueles que lograssem êxito e, concomitantemente a isto, realizar a formação da equipe pedagógica. A carga horária de ensino foi de 1.600 horas, distribuídas ao longo de dois anos e houve a movimentação de cerca de 3 milhões de reais. A matriz curricular adotada foi as áreas do conhecimento. Como resultado, podemos apontar a certificação de 370 jovens e adultos analfabetos, e de mais de outros 400 que aprenderam a ler e escrever.

PALAVRAS-CHAVE: Educação, Jovens e adultos, Escolarização, Áreas de reforma agrária.

ABSTRACT:

This article reports the experience of an outreach project from the State University of the West of Paraná (UNIOESTE, in the Portuguese acronym). The aim of the project was to offer schooling opportunities in áreas of agrarian reform in the state of Paraná. The project aimed at organizing 60 classes from the early years of elementary education, with a minimum of 20 students per class making up 1.200 students. The students who succeeded would be certified and the pedagogical team would receive in service education. The 1.600 teaching hours were distributed over a period of two years and there was the use of three million reais. The curriculum included all áreas of knowledge. As outcomes, we can highlight the certification of 370 illiterate youth and adults in addition to 400 people who learned to read and write.

KEYWORDS: Education, Youth and adults, Schooling, Agrarian reform áreas.

INTRODUÇÃO

Na educação do campo, a preocupação com a alfabetização de jovens e adultos está presente nos movimentos sociais do campo, pois denunciam a falta de acesso e permanência destes camponeses nos diferentes níveis de ensino. E, ao realizarmos uma análise histórica da educação de jovens e adultos, especialmente na área rural, é notório a exclusão destes do processo de ensino/aprendizagem ao longo da história no Brasil. Tanto que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontou, no censo de 2010, que 9,6% da população acima de 15 anos é analfabeta, ou seja, de um total de 18 milhões de pessoas, 23,2% se encontram no campo sem acesso à educação.

Vale destacar, também, que a Pesquisa de Avaliação da Qualidade dos Assentamentos de Reforma Agrária no Brasil - PQRA, a qual foi realizada pelo INCRA, em 2010, demonstrou

[...] que o Brasil tem 923.609 famílias vivendo em 8.763 assentamentos, numa área de 75,8 milhões de hectares. Desse contingente, 15,6% não foram alfabetizados; 42,3% cursaram até a 4ª série; 27,3% concluíram o ensino fundamental; 7,4 % fizeram uma parte do ensino médio e 6,0% concluíram a Educação Básica.

Nesse sentido, considerando que,

[...]grande parte dos camponeses brasileiros são analfabetos e a outra parte possui baixa escolaridade. A continuidade da luta exigia conhecimentos tanto para lidar com assuntos práticos, como financiamentos bancários e aplicação de tecnologias, quanto para compreender a conjuntura política, econômica e social. Arma de duplo alcance para os sem-terra e os assentados, a educação tomou-se prioridade no Movimento. Nas palavras de um militante, "foi como a descoberta de uma mina de ouro", que exigiria muito trabalho para cavar, "uma pedagogia a ser criados, milhares de analfabetos a ser alfabetizado[...]". (MORISSAWA, 2001, p. 239).

Diante destes dados, o Projeto Educação de Jovens e Adultos "Escolarização em Áreas de Reforma Agrária do Paraná (Anos Iniciais)" (PROESC I) foi uma parceria entre a Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), órgão executor do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). Na Unioeste, o referido projeto foi cadastrado na Pró-Reitoria de Extensão (PROEX), sendo que o financeiro foi administrado pela Pró-Reitoria de Finanças da Instituição.

O início do projeto estava previsto para meados de 2012, contudo, com o atraso no repasse de recursos, este prazo foi repensado para dezembro de 2013 e sua finalização em janeiro de 2016, porém, novamente, com o atraso na assinatura, só foi iniciado em 31 de dezembro e finalizado 3 de novembro de 2016.

DESENVOLVIMENTO

O Projeto Educação de Jovens e Adultos: Escolarização em Áreas de Reforma Agrária Do Paraná (Anos Iniciais) teve como objetivo a escolarização de jovens e adultos que ainda não haviam concluído o ensino fundamental - anos iniciais advindos das áreas de assentamentos e acampamentos do Paraná. Importa esclarecer, ainda, que embora no Convênio havia apenas a assinatura dos representantes da UNIOESTE e do PRONERA/INCRA, a parceria envolveu o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST).

Assim sendo, sua meta principal era a escolarização de 1.200 jovens e adultos, os quais seriam organizados em 60 turmas com uma média de 20 educandos/educandas e a formação da equipe pedagógica.

Este processo de escolarização compreendeu 1.600 horas, distribuídas em um prazo de 24 meses, ou seja, 800 horas anuais, organizadas de acordo com as necessidades de cada turma. Destaca-se que, da carga horária total, 1.360 horas foram presenciais e 240 horas em atividades não presenciais, complementares e direcionadas, as quais foram acompanhadas pelos coordenadores locais ou de polo e pelos educadores.

O ingresso dos educandos no projeto de escolarização se deu por meio de matrícula realizada nos locais de funcionamento das turmas, onde os interessados preencheram uma ficha de matrícula e apresentaram os documentos pessoais, bem como comprovante de beneficiário, ou de dependente, de assentamentos em áreas de reforma agrária. Quando não eram assentados, ou seja, os Pré-Assentados e os Acampados apresentaram cadastro do INCRA ou Declaração desta situação.

Em termos de recursos financeiros, o Projeto Educação de Jovens e Adultos: Escolarização em Áreas de Reforma Agrária do Paraná (Anos Iniciais) movimentou R\$ 2.909.091,34 (dois milhões, novecentos e nove mil, noventa e um reais e trinta e quatro centavos), sendo o valor a ser financiado pelo Concedente (INCRA) de R\$ 2.880.000,00 (dois milhões oitocentos e oitenta mil reais), cabendo à Conveniente (UNIOESTE) a contrapartida no valor de R\$ 29.091,34 (vinte e nove mil noventa e um reais e trinta e quatro centavos). Este recurso se destinou tanto ao pagamento da equipe pedagógica quanto à aquisição de material didático pedagógico e bolsa óculos. A bolsa óculos se refere a um recurso, com repasse único aos educandos, com o intuito de que estes utilizassem de acordo com suas necessidades.

No que se refere à equipe pedagógica, do projeto PROESC foi composta:

- pelo professor coordenador geral: sendo ele do quadro efetivo da Universidade;

- 5 monitores: estudantes de graduação e I ou pósgraduação, preferencialmente licenciatura da Universidade;
- 5 coordenadores locais ou de polo;
- 60 educadores;
- 4 técnicos de apoio, sendo 2 coordenadores pedagógicos e 2 administrativos.

Com exceção do coordenador geral, que foi indicado pela Universidade, os demais foram selecionados via edital público e de livre concorrência, com a descrição de função e carga horária estipulada no projeto aprovado pelo Pronera e pela Unioeste.

Desta forma, a UNIOESTE tinha a atribuição de:

- Quantificar e qualificar a demanda educacional nas áreas de assentamentos e de reforma agrária contando com o auxílio de sentantes das comunidades e de movimentos sociais;
- Planejar e executar o projeto pedagógico;
- Estabelecer parcerias necessárias à execução do projeto;
- Certificar educandos do curso através de Termo de Parceria celebrado com a Secretaria Estadual de Educação do Paraná;
- Capacitar os educadores, coordenadores locais, monitores e pessoal de apoio técnico, para a utilização de pedagogias e metodologias adequadas às diretrizes do Programa;
- Organizar e realizar o processo seletivo dos educadores, coordenadores locais, técnicos administrativos, técnicos pedagógicos e monitores;
- Acompanhar todo o processo pedagógico desenvolvido pelos educadores e coordenadores locais, quanto à adequação curricular, metodologias, formas de participação, entre outros;
- Elaborar e orientar o processo de avaliação dos educandos vinculados ao projeto;
- Certificar os educadores, coordenadores locais, técnicos administrativos, técnicos pedagógicos e monitores participantes dos cursos de formação previstos no programa. (UNIOESTE, 2013, p.4)

Importa destacar, ainda, que a necessidade deste projeto foi apresentada como demanda à Unioeste pelos representantes dos Movimentos Sociais Populares do Campo, por esta possuir uma trajetória de parceria de mais de 15 anos e de cursos de formação, sendo o arauto da Pedagogia do Campo no Paraná. Tal demanda apontou 14 municípios para a abertura de turmas, as quais constaram no projeto de escolarização, a saber: "Marmeleiro, Renascença, Palmas, Florestópolis, Mangueirinha, Bituruna, Centenário do Sul, Porecatu, Ramilândia, Matelândia, Clevelândia, Honório Cerpa, Londrina e Cascavel (UNIOESTE, 2013, p.08)", dentro dos quais contemplavam-se os assentamentos, acampamentos e pré-assentamentos (PA): PA São Francisco, Eduardo Raduan, PA Mãe dos Pobres, PA Sete de Setembro, PA Capinzal, PA Santa Rita, PA Karl Marx, PA Ademir Dalazem, João de Paula, Santa Barbara, 12 de Abril, Assentamento Nova Terra, Assentamento Alagoa, Assentamento Santa Catarina, PA Sete Povos das Missões, Assentamento São Lourenço, Assentamento Paraíso do Sul, Margem do Irati, PA Anjo da Guarda, PA Unidos pela Terra, Assentamento Vitória, Assentamento João Maria, Assentamento Ander Enrique, PA Chico Mendes, PA Sete de Setembro, PA Manuel Jacinto Correa, PA Maria Lara, Eli Vive e PA Herdeiros da Luta.

Como afirma Di Pierro (2005, p. 1119-1120):

[...] o novo paradigma da educação de jovens adultos sugere que a aprendizagem ao longo da vida não só é um fator de desenvolvimento pessoal e um direito de cidadania (e, portanto, uma responsabilidade coletiva), mas também uma condição de participação dos indivíduos na construção de sociedades mais tolerantes, solidárias, justas, democráticas, pacíficas, prósperas e sustentáveis

Portanto, esta modalidade exige ações pedagógicas específicas, ou seja, materiais de apoio¹ que se pautassem nos saberes relacionados com a terra e em constante ação-reflexão-ação. Na mesma perspectiva, o Manual de Operações do PRONERA destaca que os instrumentos didáticos atendam a estes princípios:

[...] uso de instrumentos didático-pedagógicos de uma educação (problematizadora, dialógica e participativa. Isto implica pensar um processo de aprendizagem-ensino que comporte três etapas básicas:

- investigação dos grandes temas geradores que mobilizem a comunidade ou grupo e que podem ser transformados em eixos temáticos estruturadores do currículo-
- contextualização crítica dos temas geradores identificados, privilegiando uma abordagem histórica, relacional e problematizadora da realidade;
- processo de aprendizagem-ensino que se vinculem a ações concretas de superação das situações-limite do grupo (PRONERA, 2011, p. 22-3).

Da mesma forma, esta proposta de escolarização adotou como referência os eixos temáticos definidos nas Diretrizes Curriculares da Educação do Campo: 1. Trabalho: divisão social e territorial. 2. Cultura e Identidade. 3. Interdependência campo cidade, questão agrária e desenvolvimento sustentável. 4. Organização social, movimentos sociais e cidadania.

Como metodologia, o princípio da transdisciplinaridade foi adotado, estando em consonância com o que propõe o Manual do Pronera:

Um processo educativo que contribua para a articulação de todos os conteúdos e saberes locais, regionais e globais garantindo livre trânsito entre um campo de saber e outro. É importante que nas práticas educativas os sujeitos identifiquem as suas necessidades e potencialidades e busquem estabelecer relações que contemplem a diversidade do campo em todos seus aspectos: sociais, culturais, políticos econômicos, de gênero, geração e etnia (PRONERA, 2011, p. 22).

Definidos os locais onde ocorreriam as turmas, quais princípios norteariam os instrumentos didático pedagógicos e a metodologia, se fez necessária, também, a definição de como ocorreriam as capacitações dos educadores/educadoras, que ficou assim estabelecida e executada: 50 horas por semestre, totalizando 200 horas no interstício de duração do projeto. Tal formação teve o planejamento e a execução, abaixo descrita:

- a) quatro encontros de 30 horas por semestre, sendo 24 horas presenciais e 6 horas de leitura orientada, num total de 120 horas, com o objetivo de planejar, elaborar as aulas, bem como compreender o que era e como se dá o processo de alfabetização de jovens e adultos do campo;
- b) 4 encontros de 8 horas, num total de 32 horas, com o objetivo de discutir e planejar as atividades do projeto, como por exemplo preenchimento de diário de classe para o registro de presenças, a elaboração do livro de histórias de vida dos educandos, dentre outros;
- c) 4 oficinas de 12 horas, com 8 horas presenciais e 4 de estudo dirigido, perfazendo um total de 48 horas, com o intuito de sanar as dificuldades dos professores, especialmente em relação à educação física, artes e alfabetização dos jovens e adultos.

Como eram 60 turmas, distribuídas pelo estado, estas foram organizadas em 5 polos, nos quais ocorriam estudos e conselhos de classe, a cada trimestre, com 8 horas cada, sendo estas divididas de forma que cada coordenador tivesse sob sua responsabilidade o acompanhamento de até 12 turmas e contasse com o suporte de um monitor. Ocorriam, também, visitas mensais dos coordenadores dos polos às turmas para acompanhamento da aprendizagem e do processo de ensino, do registro das atividades e frequência escolar.

Já os monitores faziam visitas semestrais às turmas com os mesmos objetivos dos coordenadores dos polos e davam suporte aos coordenadores.

O Projeto Educação de Jovens e Adultos: Escolarização em Áreas de Reforma Agrária do Paraná (Anos Iniciais) previa, ainda, o registro de memórias, o qual consistia num processo educativo onde os educandos iam produzindo, documentando suas histórias de vida, com o objetivo de demonstrar a unidade, bem como a diversidade social, histórica e cultural dos mesmos, culminando este processo na publicação de livro.

No que tange à matriz curricular, esta estava organizada por áreas do conhecimento, desta forma: Linguagens (Língua Portuguesa, Arte e Educação física) com 550 horas, Lógico Matemática (Matemática) com 550 horas, e Ciências Sociais e da Natureza (História, Geografia e Ciências) com 500 horas.

Já a avaliação educacional dos educandos I educandas de escolarização da Unioeste/Pronera seguiram o que está contido no Artigo 24, Inciso V, da LDBEM 9394/96:

V - a verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios:

- a) avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais;
- b) possibilidade de aceleração de estudos para alunos com atraso escolar;
- c) possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado;
- d) aproveitamento de estudos concluídos com êxito;
- e) obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos;

Então, a avaliação compreendida como prática que orienta e reorienta a ação pedagógica, visava acompanhar e aperfeiçoar o processo de ensino aprendizagem dos jovens e adultos. Nesse sentido,

É vedada a avaliação em que os educandos sejam submetidos a uma única oportunidade de aferição. O resultado das atividades avaliativas será analisado pelo educando e pelo educador, observando quais são os seus avanços e necessidades, e as consequentes demandas para aperfeiçoar a prática pedagógica. (UNIOESTE, 2013, p. 13).

Ainda,

Os resultados das avaliações serão expressos em uma escala de O (zero) a 10,0 (dez vírgula zero); para fins de promoção ou certificação, a nota mínima exigida é 6,0 (seis vírgula zero), em cada disciplina, de acordo com a Resolução nº 3794/04 - SEED e frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) do total da carga horária de cada disciplina na organização coletiva e 100% (cem por cento) na organização individual (idem).

Vale destacar que a organização escolar ocorreu de acordo com a especificidade de cada localidade, ou seja, a organização dos horários de aulas, dos dias, das semanas variou de turma para turma, assim como nos períodos do ano civil, respeitando sempre a carga horária e a necessidade dos educandos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Realizada a explanação do Projeto Educação de Jovens e Adultos: Escolarização em áreas de Reforma Agrária do Paraná (Anos Iniciais), importa destacar alguns pontos como processo de análise e de reflexão.

Embora o projeto se propusesse a atender 1.200 alunos em 60 turmas, atingiu-se parcialmente, pois só foram implantadas 57 turmas, perfazendo um total de 1.068 alunos regularmente matriculados. A dificuldade em abrir as turmas se deu em face da dificuldade de se encontrarem educadores que se dispusessem a percorrer sempre mais de 10 e até 30 quilômetros de estrada de chão, pela bolsa paga que era de valor irrisório e sem transporte escolar. Também, houve casos em que não havia próximo do local das aulas alguém com, no mínimo, magistério para que pudesse participar da seleção de docentes, então, por vezes, havia demanda, mas não havia professor. Já no que se refere à matrícula, para ser computado, o aluno precisava ter seus documentos pessoais e vários não tinham o documento brasileiro, ou não conseguiram ter a declaração de pertença à área de reforma agrária.

Outra dificuldade que contribuiu com este dado foi o fato de que o projeto havia sido montado em 2012 e levou um ano e meio para ser aprovado e ter início, assim sendo, as turmas que já estavam previamente organizadas pelos movimentos sociais, se desmobilizaram, quer pela demora, quer pela desesperança de que o projeto aconteceria, quer por experiências anteriores de abandono e não cumprimento de propostas educacionais. Então, quando foi retomado, muitas turmas estavam desmobilizadas ou os educandos já não residiam mais naquela localidade, mas apesar da necessidade de se reelaborarem as turmas, o primeiro edital

de abertura de seleção contou com a implantação de 44 turmas. Muito deste número se deve, sem dúvida, à organização do MST e das Técnicas Pedagógicas e Coordenadoras locais.

Das 57 turmas abertas, apenas 37 chegaram ao final do projeto com a conclusão de todas as atividades previstas. Há que se registrar que todas as 20 turmas que foram fechadas tiveram como motivação a ausência de educador, ou seja, o educador saiu das proximidades do pré-assentamento, do assentamento ou do acampamento e não foi possível encontrar quem o substituísse.

Os demais membros da equipe pedagógica, técnico-pedagógico, técnico-administrativo, monitores e coordenadores locais foram todos contratados, então, aqui a dificuldade foi de acompanhamento, ou seja, pela burocracia da aquisição de passagem, isto é, os formulários a serem preenchidos e os prazos de aquisição ou de viabilidade de transporte por parte da Universidade. Alguns acompanhamentos que se faziam necessários e com certa emergência não puderam acontecer no ato da necessidade, contudo, aquelas visitas que estavam programadas no projeto aconteceram de forma regular. Ainda, a distância entre até onde tinham o transporte e o local de funcionamento das turmas foi outro fator dificultador.

Os encontros de formação da equipe pedagógica transcorreram com normalidade, ou seja, dentro do que fora programado em carga horária e em tempo.

Quanto à aquisição do material didático pedagógico, algumas questões são interessantes de se expor:

a) material:

- realizou-se uma licitação especificamente para o projeto, pela grande quantidade de material e as empresas participaram já com a definição de que entregariam tudo na UNIOESTE e não nas localidades, nas turmas, pela questão de custo do transporte. Então, houve a dificuldade de armazenamento, pois o almoxarifado da Reitoria não comportava as quantidades, assim, houve improvisações, como utilizar a garagem da Reitoria como depósito; sala de coordenação e outros. Depois, a distribuição, ou seja, como levar a tantos espaços este material ao mesmo tempo em que a universidade tinha as suas demandas com o seu transporte.

b) materiais incomuns:

- como alguns lugares não dispunham de luz elétrica, foram adquiridos botijões de gás, lequinhos e haste extensora. Logo, como e onde armazenar para distribuir os botijões. Retirar da empresa os botijões à medida em que fossem sendo distribuídos foi a saída encontrada.

- mimeógrafo, estêncil e álcool: no processo de licitação, a dificuldade em descrever estes produtos se fez presente, já que, na era da informatização, nem todos conheciam os produtos. Contudo, sem luz elétrica, a viabilidade de atividades de alfabetização e outras só foram possíveis com a aquisição destes produtos. Destaca-se que o procedimento adotado com o álcool foi o mesmo dos botijões, pois, por ser produto altamente inflamável, não podíamos estocar.

No que se refere à certificação dos educandos, como a universidade tem sua área de atuação no terceiro grau, precisou buscar uma parceria com a Secretaria de Estado de Educação (SEED). Assim sendo, quando o projeto foi montado, ainda em 2012, por meio do Parecer Conjunto nº. 296/2012, o Departamento da Diversidade (DEDI) e o Departamento da Educação Básica (DEB) da Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED) manifestaram parecer favorável à emissão dos certificados.

Embora este Parecer tenha sido assinado anteriormente à implantação do Projeto, quando da elaboração e assinatura de um Termo de Parceria entre a Unioeste e SEED, este precisou ser retomado e por várias vezes debatido com o SEED, até que ficou designado o Colégio Estadual Iraci Salete Strozack como emissor da certificação. Ainda, a Universidade se comprometeu a emitir tabelas de cada uma das turmas, com notas, numeração dos documentos pessoais, percentuais de frequência, bem como se responsabilizar pelo registro, controle e guarda destes dados. Então, o trâmite estabelecido foi de que a Unioeste enviava todos os dados para o Núcleo Regional de Laranjeiras, esta enviava à Companhia de Tecnologia da Informação e

Comunicação do Paraná (CELEPAR)², que inseriu no sistema os dados enviados e o Colégio Estadual do Campo Iraci Salete Strozak³ imprimiu e assinou os históricos.

Do total de alunos que chegaram até o final do projeto, lograram êxito, no sentido de receber a certificação da etapa, isto é, o histórico correspondente às séries iniciais do ensino fundamental, em dois anos, 370 educandos. Este dado em primeira instância pode parecer pequeno, mas estes foram aqueles que estavam com domínio do conteúdo necessário/exigido para esta etapa do ensino. Ainda, os outros alunos continuaram em suas comunidades, ou seja, receberam o estudo, mas este registro só existe nos acervos do Projeto, já que, para o Estado, é como se nunca tivessem frequentado a escola. Vale destacar que três professoras continuam ministrando aulas esporádicas, por sua própria vontade, e caso haja alunos em condições de conclusão, o convênio para emissão dos históricos continua ativo.

Outro aspecto que se mostrou negativo durante a execução do projeto foi a bolsa óculos, pois a ideia inicial era uma bolsa única aos educandos para que estes utilizassem de acordo com suas necessidades, contudo, sabíamos que a grande maioria precisaria de óculos, haja vista o quão recorrente são os problemas de visão no ensino de EJA. Por orientação do próprio INCRA, foi dado o nome de bolsa óculos e exatamente por esta nomenclatura houve o entrave. Para acessar o recurso de R\$ 400 (quatrocentos reais), o educando precisava, segundo os supervisores do INCRA, enviar a receita dos óculos e a nota de compra, o que não era possível pela dificuldade de acesso à consulta que a população enfrenta. Alguns educadores avalizaram os seus educandos e como o recurso não foi pago, tivemos o caso de um educador que deixou a cidade, fechando assim a turma. Embora se tenha tentado junto ao INCRA alterar a questão, isto não foi possível, assim sendo, em grande parte, o recurso retomou ao Concedente.

Apesar de algumas dificuldades este Projeto foi de grande valia, pois vários foram aqueles camponeses que refizeram nova carteira de identidade, uma vez que, em seu Registro Geral, estava contida a informação: NÃO ALFABETIZADO. Para estes cidadãos, houve uma inclusão social, cultural e histórica sem precedentes.

Por meio do domínio da leitura e da escrita, o projeto também possibilitou a muitos jovens e adultos o acesso a diferentes programas do campo, como o PRONAF (Programa Nacional de Crédito na Agricultura Familiar), PNAE (Programa Nacional da Alimentação Escolar), PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), onde podem vir a melhorar a renda e viabilidade de vida no campo.

Ainda, não raras foram as demonstrações de interesse, superação e luta para garantir o acesso à educação, assim, as aulas aconteceram em salas de aula, em centros comunitários abertos e/ou com teto desabando, casas dos educadores e estábulos reformados para este fim. Logo, com a precariedade dos espaços, houve os professores que levavam seu quadro pendurado nos ombros todos os dias em que aconteceram as aulas, aqueles que com os alunos construíram de madeira os bancos e suas mesas, o quadro negro elaborado com madeira e plastificado com plástico preto, pintura de parede com tinta para a confecção da lousa, dentre outros. Ainda, a partilha do lanche, uma vez que não havia recursos no projeto para esta demanda, lanche que poderia ser desde frutas colhidas de seu quintal, a batata-doce, mandioca simplesmente cozida, bolos, cucas e outras comidas dentro de suas condições socioeconômicas.

Com certeza, dada a sua espacialidade, houve a dificuldade de a coordenação geral acompanhar tudo e a todo o instante, mas em cada uma das 57 turmas, com certeza a UNIOESTE se fez representar e tão logo não será esquecida, pois realizou o sonho de muitos jovens e adultos, qual seja, aprender a ler e escrever!

No mesmo sentido, o Caderno de Experiências do MST no 11 (2015, p.53) descreve que:

Caminhamos sentido à reta final desse projeto e até aqui podemos avaliar muitas coisas, observamos que a tarefa de alfabetizar jovens e adultos não é fácil e exige muito comprometimento da nossa parte enquanto educadores. Acreditamos que essa iniciativa não pode parar por aqui, pois ainda existem muitos analfabetos que precisam aprender a ler e escrever e não podemos nos dar por satisfeitos em alfabetizar apenas algumas pessoas. (MST, 2015, p.53)

Então, além da constatação de que não é possível alfabetizar apenas algumas pessoas, considera-se também como avanço a confirmação de que há uma demanda pelo ensino fundamental, anos iniciais, no campo, nas

áreas de reforma agrária e que estes sujeitos estão dispostos a estudar desde que o ensino lhes seja oferecido no local onde vivem e como um processo de formação humana.

REFERENCIAS

- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário/MDA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/ INCRA. Manual do Programa Nacional de Educação na reforma agrária/ PRONERA, Brasília/DF, 2011.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD. Diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo. Diretoria de Educação para Diversidade e Cidadania. Coordenação Geral de Educação do Campo, Brasília/DF, 2002.
- BRASIL, LDB. Lei 9394/96. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: . Acesso em: 02 set. 2018.
- DI PIERRO, M.C. Notas sobre a redefinição da identidade e das políticas públicas de educação de jovens e adultos no Brasil. Educação e Sociedade, Campinas, v.26, n.92, p.1115-1139, Especial – Out. 2005.
- MORISSAWA, Mitsue. A história da luta pela terra e o MST. São Paulo: Expressão Popular, 2001.
- MST. Caderno Pedagógico do MST. Sempre é tempo de aprender, n. 11, 2003.
- UNIOESTE. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Educação de Jovens e Adultos: Escolarização em áreas de Reforma Agrária do Paraná (Anos Iniciais), 2013, p. 72. Mimeo.

NOTAS

- 1 Todos os materiais de apoio com as respectivas quantidades, constaram no projeto e plano de aplicação do mesmo.
- 2 A Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná - CELEPAR é uma sociedade de economia mista criada pela Lei Estadual 4945, de 30 de outubro de 1964. Trata-se de uma Empresa do Governo do Estado do Paraná, criada com o fim específico de prestar serviços de informática a todos os órgãos e entidades que integram a Administração Pública Estadual.
- 3 O Colégio Estadual do Campo Iraci Salete Strozak está implantado no Assentamento Ireneo Alves dos Santos e Marcos Freire, congregando em torno de 1.500 famílias.